

Notas Explicativas Da Administração Às Demonstrações Contábeis Exercícios
Findos Em 31 De Dezembro De 2025 (Em Reais).

1. Contexto Operacional

A Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV é a única unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Amazonas, sua sede está localizada no Município de Manaus - Amazonas, na Av. Visconde de Porto Alegre nº 486 - Praça 14 de Janeiro, CEP 69010-125.

Originalmente a instituição foi constituída como Serviço Social Autônomo pela Lei Complementar Estadual nº 30, de 27 de dezembro de 2001, que promoveu adequação ao texto Constitucional, e a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

A publicação da Lei Complementar nº 93, de 25 de novembro de 2011, ratificada pela Lei Complementar nº 117, de 20 de maio de 2013, alterou a natureza jurídica da Amazonprev para Fundação de Direito Público, e posteriormente outras modificações foram necessárias resultando assim na consolidação da Lei Complementar nº 30, de 27 de dezembro de 2001, texto consolidado em 18 de abril de 2024, que reflete um esforço para alinhar a gestão previdenciária estadual com as diretrizes e normas federais, visando assegurar a sustentabilidade financeira e atuarial do sistema, conforme exigido para os Regimes Próprios de Previdência Social.

Ressalte-se que a Fundação Amazonprev adota o regime previdenciário único e cabe ao Governo do Estado do Amazonas a responsabilidade pela cobertura das insuficiências financeiras dos regimes de previdência e pagamentos de benefícios, de acordo com a Lei nº 9.717/1998.



2. Base De Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os procedimentos adotados no Brasil, em atendimento as diretrizes e normas assim estabelecidas:

- Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) Partes gerais, I, II, III, IV e V – 11ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 25 e 26, de 18 de dezembro de 2024 e Portaria STN/MF nº 1.216, de 18 de dezembro de 2024, vigente para o exercício de 2025.
- Lei Federal n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.
- Lei Complementar Federal n.º 101/2000, com detalhamento por meio das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC (atualizadas até 2025).
- O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP vigente para o exercício de 2025.
- Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 14ª edição, expedido pela STN, atualizado até o exercício de 2025.
- Manual Técnico do Orçamento – MTO vigente, expedido pela Secretária de Orçamento Federal – SOF.
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, atualizadas até o exercício de 2025.
- Normas específicas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, expedidas pelo Ministério da Previdência Social, como a Portaria MPT nº 1.467, de 02 de junho de 2022, com alterações posteriores, vigente no exercício de 2025, que estabelece diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.





No âmbito específico dos RPPS, a Fundação Amazonprev observa a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 (Procedimentos Contábeis Aplicáveis aos RPPS), revisada pela STN, cuja implantação e adequação vêm sendo executadas desde o exercício de 2023, permanecendo plenamente aplicável no exercício de 2025.

As demonstrações contábeis e os relatórios fiscais da Fundação Amazonprev observam as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN relativas à consolidação das contas públicas e à padronização das informações contábeis. Observam-se, ainda, as orientações constantes da Portaria STN nº 642 de 20 de setembro de 2019 e da Portaria STN nº 1.569 de 11 de dezembro de 2023, relativas à consolidação e aos prazos de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais sob a base conceitual vigente.

A Fundação Amazonprev atende o que determina a Portaria STN n.º 549 de 07 de agosto de 2018, atualizada pela Portaria STN n.º 117 de 25 de fevereiro de 2019 e demais atos posteriores, que estabelecem a periodicidade, o formato e os sistemas relativos à disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, por meio da Matriz de Saldo Contábeis – MSC, que corresponde a uma estrutura padronizada para o recebimento de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação para fins da consolidação das contas nacionais sendo enviadas através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) desde Julho de 2018. Assim, todos os relatórios obrigatórios desta Fundação Amazonprev são consolidados e transmitidos pela Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ, órgão responsável pela consolidação das contas do Ente Estadual.

As notas explicativas evidenciam os valores relevantes expressos nas demonstrações contábeis deste exercício e as informações qualitativas são atributos que transformam as informações disponibilizadas em úteis aos seus utentes.

Esta Fundação é parte integrante da Administração Indireta, e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral do Governo do Estado, todos os dados contábeis foram lançados no Sistema de Administração Financeira Integrada– AFI, fonte para as informações contidas nessa Nota Explicativa.

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone: (92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125



3. As Principais Práticas Contábeis

3.1. Balanço Orçamentário

3.1.1. Critérios Contábeis adotados para o Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e anexo 12 da Lei 4.320/64 apresenta as Receitas Estimadas e as Despesas Fixadas no orçamento, em confronto com as Receitas Arrecadadas e as Despesas Executadas, respectivamente, atendendo aos objetivos previstos na NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, que determina a inclusão nas demonstrações contábeis a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrente da execução do orçamento, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público.

Confrontando-se as Receitas Arrecadadas com as Estimadas é possível avaliar o grau de planejamento e o desempenho da arrecadação em determinado período, e confrontando as Despesas Executadas com as Fixadas é possível analisar o comportamento da administração e ação do gestor, mediante autorização legislativa que limitou os gastos.

O confronto das diferenças entre as Receitas Estimadas e as Despesas Fixadas, bem como entre as Receitas Arrecadadas e Despesas Executadas, pode apresentar resultados orçamentários superavitários (receita maior que despesa) ou deficitários (receita menor que despesa).

3.1.2. Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

A Contabilidade aplicada ao setor público possui distintos enfoques, no que tange aos regimes de lançamento das receitas orçamentárias:



- a) No enfoque contábil patrimonial, as receitas devem ser lançadas pelo regime de competência, atendendo ao disposto na 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.
- b) No enfoque orçamentário, as receitas são caracterizadas conforme art. 11 da Lei 4.320/1964, devem ser lançadas pelo regime de caixa, de acordo com sua efetiva arrecadação, em consonância com o disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964. As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em reais.

As receitas orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa), estabelecida por meio de Portaria Ministerial (Secretária de Orçamento Federal – SOF) e Secretária do Tesouro Nacional – STN.

Esta Amazonprev apresenta em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

- a) No exercício de 2025, a receita apresentou um excesso de arrecadação no valor de R\$ 169.329.528,56 (Cento e sessenta e nove milhões, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), obtida pela diferença entre o total da Previsão Atualizada, R\$ 2.104.669.504,64 (Dois bilhões, cento e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos) e o total da Receita Realizada, R\$ 2.273.999.033,20 (dois bilhões, duzentos e setenta e três milhões, novecentos e noventa e nove mil, trinta e três reais e vinte centavos), correspondendo a um acréscimo em relação ao previsto de 8,05%. Vale evidenciar que este excedente foi atribuído as arrecadações das contribuições do servidor, das contribuições patronais, receita patrimonial, outras receitas correntes e receitas de capital.

Receita Orçamentárias	2025	2024
Receita Realizada	2.273.999.033,20	2.231.101.400,61
Previsão Atualizada	2.104.669.504,64	2.052.115.580,86
Excesso Arrecadação	169.329.528,56	178.985.819,75

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



- b. As receitas de contribuições foram arrecadadas dentro dos prazos legais, totalizando, no exercício de 2025, o montante de R\$ 1.981.383.186,04 (um bilhão, novecentos e oitenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, cento e oitenta e seis reais e quatro centavos).

Desse total, R\$ 1.909.169.834,68 (um bilhão, novecentos e nove milhões, cento e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos) correspondem às contribuições previdenciárias dos servidores e às contribuições patronais, relativas aos segurados ativos, inativos e pensionistas, vinculados aos Poderes Executivo (incluindo a Defensoria Pública – DPE), Legislativo (ALEAM), Judiciário (TJAM), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

Cabe destacar que a Taxa de Administração, no valor de R\$ 72.213.351,36 (setenta e dois milhões, duzentos e treze mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), encontra-se incluída no montante total das receitas de contribuições arrecadadas, sendo posteriormente segregada contabilmente para o custeio das despesas administrativas da unidade gestora do RPPS.

Dessa forma, o valor líquido das contribuições previdenciárias destinadas ao financiamento dos benefícios dos Planos Financeiro, Plano Previdenciário e Fundo Proteção Previdenciária dos Militares – FPPM corresponde a R\$ 1.909.169.834,68.

- c. As receitas patrimoniais registradas no exercício foram de R\$ 257.255.642,09 (duzentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e dois reais e nove centavos), sendo R\$ 2.265.681,90 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa centavos), relativas ao recebimento de aluguéis dos imóveis pertencentes ao Fundo Previdenciário. O valor de R\$ 254.989.960,19 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e



sessenta reais e dezenove centavos) referente a valores mobiliários decorrentes de ganhos de investimentos apurados por ocasião dos resgates efetuados ao longo do exercício. As receitas patrimoniais representam 11,31% das receitas totais arrecadadas no período.

- d. Destaca-se, na rubrica Outras Receitas Correntes, o montante de R\$ 33.526.256,25 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos). Desse total, R\$ 14.854.113,86 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e treze reais e oitenta e seis centavos) correspondem à receita de Compensação Previdenciária, referente ao recebimento de Compensações Financeiras (COMPREV) ao longo do exercício de 2025.

O valor remanescente, no montante de R\$ 18.672.142,39 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos), compreende:

- ✓ R\$ 16.732.011,83 (dezesseis milhões, setecentos e trinta e dois mil, onze reais e oitenta e três centavos), referentes, predominantemente, às restituições efetuadas pelo Fundo Previdenciário ao Fundo Financeiro, decorrentes dos ajustes de compensação realizados após a revisão da segregação de massas previdenciárias no âmbito dos Poderes, em especial no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 278/2025; e
- ✓ R\$ 1.940.130,56 (um milhão, novecentos e quarenta mil, cento e trinta reais e cinquenta e seis centavos), correspondentes a restituições e outros ressarcimentos, predominantemente relacionados à folha de pagamento.



- e. A receita de capital no valor de R\$ 1.833.948,82 (um milhão, oitocentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos), refere-se ao recebimento dos títulos CVS do valor principal.
- f. Déficit Orçamentário - No período em análise, o confronto entre o total das Receitas Orçamentárias Realizadas e das Despesas Empenhadas resultou na apuração de déficit orçamentário no montante de R\$ 1.644.549.421,12 (um bilhão, seiscentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e um reais e doze centavos). Esse resultado demonstra que as receitas próprias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS não foram suficientes para custear integralmente as despesas previdenciárias no exercício.

Déficit Orçamentário	2025	2024
Receita Realizadas	2.273.999.033,20	2.231.101.400,61
Despesas Empenhadas	3.918.548.454,32	3.752.692.732,12
Total do Déficit Orçamentário	- 1.644.549.421,12	- 1.521.591.331,51

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Ressalta-se que o resultado deficitário está diretamente relacionado às características estruturais do Fundo Financeiro – FFIN, cuja natureza é deficitária, uma vez que o pagamento dos benefícios previdenciários supera a arrecadação proveniente das contribuições previdenciárias.

Importa destacar que a ocorrência de déficit orçamentário já estava prevista no planejamento orçamentário do exercício. Conforme estabelecido na Lei Estadual nº 7.280, de 30 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA), a previsão inicial já contemplava estimativa de déficit orçamentário no valor de R\$ 1.276.593.000,00 (um bilhão, duzentos e setenta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil reais).



Dessa forma, o déficit orçamentário apurado não configura irregularidade, refletindo apenas a dinâmica financeira do Fundo Financeiro, que depende de aportes do Ente Federativo para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.

Nesse contexto, cabe ao Poder Executivo (UG 14102 – SEFAZ Centralizadora), ao Poder Legislativo (ALEAM), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao Poder Judiciário (TJAM) e ao Ministério Público do Estado (PGJ) efetuarem, de forma tempestiva, as transferências financeiras destinadas à cobertura da insuficiência financeira do regime, em observância ao disposto na legislação vigente e às normas que disciplinam o financiamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Tais transferências têm por finalidade assegurar o equilíbrio financeiro do regime, garantindo a disponibilidade de recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários e demais obrigações legalmente assumidas, especialmente no âmbito do plano financeiro.

Ressalta-se, por fim, que essas transferências são provenientes de receitas orçamentárias registradas nas unidades orçamentárias de origem de cada Poder, observando-se os procedimentos contábeis estabelecidos pela contabilidade aplicada ao setor público.

3.1.3. Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa fixadas na Lei Estadual nº 7.280 de 30/12/2024 (Lei de Orçamento Anual – LOA), seguem em regime contábil da competência, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art.35 da Lei 4.320/64). As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em reais.



As despesas orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As despesas são elencadas pelos seus valores empenhados no exercício.

- a) A comparação das Despesas Orçamentárias entre os exercícios de 2025 e 2024 demonstra aumento tanto na dotação autorizada quanto na execução das despesas. Em 2025, a dotação atualizada alcançou o montante de R\$ 3.985.589.218,81 (três bilhões, novecentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e dezoito reais e oitenta e um centavos), representando acréscimo de 4,52% em relação ao exercício de 2024, cuja a dotação foi de R\$ 3.813.288.439,81 (três bilhões, oitocentos e treze milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos).

O aumento das despesas previdenciárias no exercício está relacionado, principalmente, à atualização dos benefícios de aposentados e pensionistas, em razão da aplicação da paridade com os reajustes concedidos aos servidores ativos, bem como à ampliação da folha previdenciária em razão da inclusão de novos beneficiários ao longo do exercício. Esses fatores contribuíram para a elevação das despesas com pagamento de benefícios no período analisado.

- b) As despesas empenhadas alcançaram o montante de R\$ 3.918.548.454,32 (três bilhões, novecentos e dezoito milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos) em 2025, registrando aumento de 4,42% quando comparadas ao valor empenhado no exercício anterior, que foi de R\$ 3.752.692.732,12 (três bilhões e setecentos e cinquenta e dois milhões e seiscentos e noventa e dois mil e setecentos e trinta e dois reais e doze centavos).



- c) O saldo de dotação, que evidencia a economia orçamentária do exercício, foi de R\$ 67.040.764,49 (sessenta e sete milhões, quarenta mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) em 2025 e de R\$ 60.595.707,69 (sessenta milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e sete reais e sessenta e nove centavos) em 2024. Dessa forma, observa-se que a execução da despesa atingiu aproximadamente 98,32% da dotação atualizada em 2025, enquanto em 2024 o percentual de execução foi de 98,41%, indicando elevado grau de utilização dos recursos orçamentários autorizados em ambos os exercícios.

Despesas Orçamentárias	2025	2024
Dotação Atualizada	3.985.589.218,81	3.813.288.439,81
Despesa Empenhada	3.918.548.454,32	3.752.692.732,12
Saldo de Dotação	67.040.764,49	60.595.707,69

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Destaca-se que parte da economia observada no exercício de 2025, nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, decorre da implementação da operação denominada “Revisão da Segregação de Massas **Previdenciárias**”, que envolveu os Poderes, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

Com a efetivação dessa operação, os encargos anteriormente suportados pelo Plano Financeiro passaram a ser executados no âmbito do Plano Previdenciário, por meio da dotação consignada no programa de trabalho 09.272.0002.2491.0001 – Encargos com Pessoal Aposentado e Pensionistas – Plano Previdenciário. Essa reclassificação da execução orçamentária resultou na redução das despesas no Plano Financeiro e, conseqüentemente, na geração de saldo de dotação na natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais nesse plano, no exercício em análise.



- d) As despesas com pessoal e encargos empenhados, referente ao exercício de 2025, resultou no valor de R\$ 3.843.737.255,43 (três bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões, setecentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos). Ressalte-se que deste total os pagamentos de benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) perfizeram o montante de R\$ 3.805.287.846,04 (três bilhões, oitocentos e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), que representa 97,11% destas despesas, enquanto que com o quadro próprio da Amazonprev as despesas representam o percentual de 0,98%, equivalente ao montante de R\$ 38.449.409,39 (trinta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e nove reais e trinta e nove centavos).
- e) A rubrica Outras Despesas Correntes, cujo montante é de R\$ 68.267.208,89 (sessenta e oito milhões, duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e oito reais e oitenta e nove centavos), é composta pelos valores empenhados referentes às despesas de custeio decorrentes de contratos terceirizados firmados com diversos fornecedores, destinados à manutenção das atividades administrativas da Fundação Amazonprev. Esse montante representa 1,74% do total das despesas empenhadas.
- f) Os investimentos no valor de R\$ 6.543.990,00 (seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e noventa reais) destinam-se à aquisição de materiais permanentes, essenciais para otimizar e garantir o bom andamento das atividades administrativas. Esses recursos representam um compromisso sério em fornecer os equipamentos necessários para impulsionar a eficiência e a produtividade do ambiente de trabalho.
- g) Em consonância com o disposto no art. 43, da Lei n.º 4.320/1964, a abertura de créditos suplementares depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa. Consideram-se recursos para fins de abertura de crédito: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício



anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, de forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

No exercício de 2025, foram abertos créditos suplementares na Fundação Amazonprev com base no superávit financeiro, no montante de R\$ 93.774.609,83 (noventa e três milhões, setecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e nove reais e oitenta e três centavos), refletidos na rubrica Saldo de Exercícios Anteriores.

Desse montante, R\$ 87.918.952,70 (oitenta e sete milhões, novecentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos) foram efetivamente utilizados na execução de despesas orçamentárias.

Despesas Empenhadas com Fonte de Recurso de Superávit 2025		
Vinculada	FR	R\$
a. Outros Recursos Vinculados à Educação	2.599.116.	13.243.218,64
b. Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		74.675.734,06
Taxa de Administração	2.802.202.	5.180.897,87
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	2.801.261.	57.494.836,19
Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares FPPM	2.803.264.	12.000.000,00
Superávit Total (a+b)		87.918.952,70

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- h) As Receitas e Despesas Intraorçamentárias fazem parte do Balanço Orçamentário (MCASP 11ª Edição), estas entradas e saídas referem-se a valores recebidos e empenhados entre órgãos da mesma estrutura do ente federativo, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, representando tão somente movimentações de receitas e despesas entre seus órgãos.
- i) As receitas intraorçamentárias totalizaram R\$ 1.007.341.053,92 (um bilhão, sete milhões, trezentos e quarenta e um mil, cinquenta e três reais e noventa



e dois centavos) no exercício de 2025, registrando crescimento de 1,71% em relação ao exercício anterior.

Essas receitas são provenientes, principalmente, das contribuições patronais dos Poderes e órgãos do Estado, abrangendo o Poder Executivo, Poder Legislativo (ALEAM), o Tribunal de Contas (TCE), o Poder Judiciário (TJAM) e o Ministério Público do Estado do Amazonas (PGJ).

- j) Por sua vez, as despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 176.087.956,89 (cento e setenta e seis milhões, oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos), apresentando crescimento de 11,40% em relação ao exercício anterior.

Do montante apurado, R\$ 174.317.769,39 (cento e setenta e quatro milhões, trezentos e dezessete mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos) correspondem à rubrica 319113 – Obrigações Patronais, referente às contribuições patronais incidentes sobre a folha de pagamento da Fundação Amazonprev. Além disso, R\$ 1.770.187,50 (um milhão, setecentos e setenta mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) referem-se à rubrica 33913929 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Intra, relativos à contratação de serviços junto à Imprensa Oficial do Estado do Amazonas.

Dessa forma, a variação observada decorre, substancialmente, do aumento das obrigações patronais vinculadas à execução da folha de pagamento, bem como da ampliação dos dispêndios com serviços prestados entre unidades integrantes do mesmo ente federativo, refletindo a dinâmica das transações intraorçamentárias no período.

- k) No exercício de 2025, a receita intraorçamentárias arrecadada totalizou R\$ 1.007.341.053,92 (um bilhão, sete milhões, trezentos e quarenta e um mil,



cinquenta e três reais e noventa e dois centavos), enquanto no exercício de 2024 foi de R\$ 990.368.347,83 (novecentos e noventa milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos).

As despesas intraorçamentárias empenhadas, por sua vez, somaram R\$ 176.087.956,89 (cento e setenta e seis milhões, oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos) em 2025, em comparação com R\$ 156.470.877,65 (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) em 2024.

Dessa forma, observa-se que, no período, tanto as receitas quanto as despesas intraorçamentárias apresentaram elevação em relação ao exercício anterior, refletindo a execução das operações internas entre unidades gestoras no âmbito do ente público, seguem apresentados no quadro a seguir.

Receitas e Despesa Intraorçamentárias		
Ano	Receita Arrecadada	Despesas Empenhadas
2024	990.368.347,83	156.470.877,65
2025	1.007.341.053,92	176.087.956,89

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.2. Balanço Financeiro

3.2.1. Critérios Contábeis adotados para o Balanço Financeiro (art. 103, lei 4.320/64)

www.amazonprev.am.gov.br
[instagram/Amazonprev_oficial](https://www.instagram.com/Amazonprev_oficial)
[youtube.com/fundacaoamazonprev](https://www.youtube.com/fundacaoamazonprev)
[facebook.com/amazonprev](https://www.facebook.com/amazonprev)

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone:(92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125

Fundação
AMAZONPREV



O Balanço Financeiro – BF, seguindo MCASP 11 º Edição, página 564, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- ✓ A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte ou destinação de recurso vinculados ao RPPS;
- ✓ As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;
- ✓ Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- ✓ O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Apresentamos a seguir uma síntese do resultado da execução financeira da Amazonprev.

Discriminação do Balanço Financeiro	2025	2024
1 - Receita Orçamentaria	R\$ 2.273.999.033,20	R\$ 2.231.101.400,61
2 - Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 4.906.708.396,86	R\$ 6.957.370.475,01
3 - Recebimentos Extra-Orçamentaria	R\$ 3.463.720.471,10	R\$ 2.794.692.202,18
4 - Saldo em espécie do Exercício Anterior	R\$ 4.766.356.415,80	R\$ 5.635.956.745,31
5 - Total da Receita (1+2+3+4)	15.410.784.316,96	17.619.120.823,11
6 - Despesa Orçamentaria	R\$ 3.918.548.454,32	R\$ 3.752.692.732,12
7 - Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 2.469.515.987,36	R\$ 4.803.398.821,28
8 - Pagamentos Extra-Orçamentaria	R\$ 2.475.613.403,65	R\$ 4.296.672.853,91
9 - Saldo em espécie p/ o Exercício Seguinte	R\$ 6.547.106.471,63	R\$ 4.766.356.415,80
10 - Total da Despesa (6+7+8+9)	15.410.784.316,96	17.619.120.823,11

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



- a. As Receitas Orçamentárias vinculadas ao RPPS derivam das Contribuições do Servidor e das Contribuições Patronal, Receita Patrimonial, Receita de Capital e Taxa de Administração. No que se refere às receitas orçamentárias, observa-se que em 2025 foi arrecadado o montante de R\$ 2.273.999.033,20 (dois bilhões, duzentos e setenta e três milhões, novecentos e noventa e nove mil, trinta e três reais e vinte centavos), enquanto em 2024 o valor registrado foi de R\$ 2.231.101.400,61 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, cento e um mil, quatrocentos reais e sessenta e um centavos), representando um crescimento natural de aproximadamente 1,92% entre os exercícios.

Ressalta-se que as receitas vinculadas ao RPPS refletem a regularidade no ingresso das contribuições previdenciárias e demais receitas previstas no orçamento, contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.

- b. As Despesas Orçamentárias incluem os gastos com a folha de pagamento dos funcionários ativos da Fundação Amazonprev, assim como os desembolsos relacionados a aposentados e pensionistas do Plano Previdenciário (FPREV), do Plano Financeiro (FFIN) e Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares (FPPM), além das Despesas Administrativas. No lado das despesas, as despesas orçamentárias totalizaram R\$ 3.918.548.454,32 (três bilhões, novecentos e dezoito milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos) em 2025, representando crescimento de 4,42% em relação ao exercício de 2024, cujo valor foi de R\$ 3.752.692.732,12 (três bilhões, setecentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e dois reais e doze centavos). O aumento das despesas previdenciárias decorre da atualização dos benefícios com paridade aos servidores ativos e da concessão de novos benefícios no exercício.
- c. As Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas representam movimentações de recursos entre unidades orçamentárias, podendo decorrer da



execução orçamentária ou de operações financeiras internas entre contas da mesma unidade gestora. Essas transações não impactam o resultado orçamentário, sendo registradas no Balanço Financeiro apenas para evidenciar a movimentação das disponibilidades financeiras.

- d. Os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários correspondem às inscrições de Restos a Pagar Processados e Não Processados, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, bem como a Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados referem-se, principalmente, às retenções efetuadas na fonte, com o respectivo recolhimento.

No grupo “Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários”, destacam-se os registros relacionados aos investimentos, compreendendo a valorização no montante de R\$ 2.344.370.099,46 e a desvalorização no valor de R\$ 1.327.907.503,55, esta última referente à baixa de investimentos

- e. **Caixa e Equivalentes de Caixa** – RPPS: Este grupo compreende as contas de caixa e equivalente de caixa, Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial, sendo composto por aplicações financeiras em renda fixa, renda variável e fundos de investimento. Esses recursos são administrados em conformidade com a Política de Investimentos da Fundação da Fundação Amazonprev, observando os parâmetros e limites estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, e demais normativos aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

Na análise comparativa entre os exercícios, verifica-se que ao final de 2025 o saldo em espécie para o exercício seguinte totalizou R\$ 6.547.106.471,63 (seis bilhões, quinhentos e quarenta e sete milhões, cento e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), valor superior ao saldo final



registrado em 2024, que foi de R\$ 4.766.356.415,80 (quatro bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos), representando crescimento aproximado de 37,36% nas disponibilidades financeiras.

- f. Confrontando-se as Despesas Liquidadas no valor de (R\$ 3.916.432.163,26) com as Despesas Pagas (R\$ 3.914.355.472,31) obtém-se um valor de R\$ 2.076.690,95 (dois milhões, setenta e seis mil, seiscentos e noventa reais e noventa e cinco centavos) referente as Inscricões dos Restos a Pagar Processados no Balanço Orçamentário. Deste valor diminui-se o montante de R\$ 1.099.905,74 (um milhão, noventa e nove mil, novecentos e cinco reais e setenta e quatro centavos) relacionados as consignações que já passaram pelo processo de liquidação, por esta razão no Balanço Financeiro consta apenas na rubrica de Restos a Pagar o valor de R\$ 976.785,21 (novecentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos), referente a despesas de pessoal e obrigações tributárias a pagar.

3.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a posição patrimonial da entidade em determinado período, por meio da apresentação dos bens, direitos e obrigações que compõem o seu patrimônio. Sua estrutura está em conformidade com as normas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normativos aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, contemplando os grupos do Ativo Circulante e Não Circulante, bem como do Passivo Circulante e Não Circulante, além do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado a seguir:





Especificação - Balanço Patrimonial	2025	2024	AV%	AH%
1 - Ativo Circulante	R\$ 6.611.179.370,34	R\$ 4.802.065.174,09	58,03%	37,67%
Caixa E Equivalentes De Caixa	R\$ 83.772.243,85	R\$ 113.634.564,00	0,74%	-26,28%
Créditos A Curto Prazo	R\$ 63.854.439,90	R\$ 35.482.063,65	0,56%	79,96%
Investimentos E Aplicações Temporárias A Curto Prazo	R\$ 6.463.334.227,78	R\$ 4.652.721.851,80	56,73%	38,92%
Estoques	R\$ 40.949,64	R\$ 47.100,46	0,00%	-13,06%
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 177.509,17	R\$ 179.594,18	0,00%	-1,16%
2 - Ativo Não Circulante	R\$ 4.781.421.941,13	R\$ 4.729.651.614,93	41,97%	1,09%
Realizável A Longo Prazo	R\$ 4.675.877.994,49	R\$ 4.643.896.886,29	41,04%	0,69%
Investimentos E Aplicações Temporárias A Longo Prazo	R\$ 4.667.165.242,71	R\$ 4.635.217.518,35	40,97%	0,69%
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 8.712.751,78	R\$ 8.679.367,94	0,08%	0,38%
Investimentos	R\$ 96.486.067,73	R\$ 77.096.919,34	0,85%	25,15%
Imobilizado	R\$ 7.622.745,74	R\$ 8.094.465,96	0,07%	-5,83%
Intangível	R\$ 1.435.133,17	R\$ 563.343,34	0,01%	154,75%
3 - Total do Ativo (1 + 2)	R\$ 11.392.601.311,47	R\$ 9.531.716.789,02	100,00%	19,52%
4 - Passivo Circulante	R\$ 10.897.594,75	R\$ 32.595.312,20	0,10%	-66,57%
5 - Passivo Não Circulante	R\$ 7.764.985.886,11	R\$ 7.731.018.633,12	68,16%	0,44%
6 - Total do Passivo (4+5)	R\$ 7.775.883.480,86	R\$ 7.763.613.945,32	68,25%	0,16%
7 - Total do Patrimônio Líquido (3-6)	R\$ 3.616.717.830,61	R\$ 1.768.102.843,70	31,75%	104,55%
8 - Total do Passivo + PL (6+7)	R\$ 11.392.601.311,47	R\$ 9.531.716.789,02	100,00%	19,52%

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.3.1. Ativo

O Ativo representa o conjunto de bens e direitos sob o controle da entidade, resultantes de eventos passados e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros. No âmbito do RPPS, destacam-se, principalmente, as disponibilidades financeiras e aplicações em investimentos de curto e longo prazo, que constituem a base de financiamento das obrigações previdenciárias

3.3.1.1 Ativo Circulante

O Ativo Circulante compreende os bens e direitos com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, destinados ao atendimento das obrigações de curto prazo da entidade. No âmbito do RPPS, esse grupo é composto, principalmente, pelas disponibilidades financeiras, aplicações e investimentos de curto prazo, créditos a



receber e demais valores realizáveis no curto prazo, utilizados para garantir a liquidez necessária ao cumprimento das obrigações previdenciárias e administrativas.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

a.1. Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

A conta **Caixa e Equivalentes de Caixa**, no montante de R\$ 83.772.243,85 (oitenta e três milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos), em 31 de dezembro de 2025, compreende as disponibilidades financeiras mantidas em contas correntes bancárias e em aplicações de curtíssimo prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em caixa.

Do montante total apurado, R\$ 36.005.134,31 (trinta e seis milhões, cinco mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e um centavos) correspondem ao Plano em Repartição – FFIN; R\$ 28.513.188,35 (vinte e oito milhões, quinhentos e treze mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos) ao Plano em Capitalização – FPREV; R\$ 13.952.814,41 (treze milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quatorze reais e quarenta e um centavos) ao Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares (FPPM); e R\$ 5.301.106,78 (cinco milhões, trezentos e um mil, cento e seis reais e setenta e oito centavos) referem-se aos recursos vinculados à Taxa de Administração.

Registra-se a identificação de inconsistência no montante de R\$ 14.661,69 (quatorze mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos), decorrente de classificação indevida de valores do Plano Previdenciário – FPREV na conta contábil 1111106020100 – Banco Bradesco S/A – RPPS, vinculada ao Plano em Repartição – FFIN. Ressalta-se que a regularização será efetuada no exercício de 2026, não produzindo impacto relevante no resultado patrimonial do período.

Quanto à composição dos recursos, observa-se a predominância das disponibilidades vinculadas ao Plano em Repartição – FFIN, que representa 42,96% do total, seguido pelo Plano em Capitalização – FPREV, com 34,04%. O Fundo de Proteção



Previdenciária dos Militares (FPPM) participa com 16,66%, enquanto os recursos destinados à Taxa de Administração correspondem a 6,33%.

A distribuição evidenciada reflete a concentração das disponibilidades financeiras nos planos previdenciários, destinados prioritariamente ao pagamento de benefícios e à manutenção da liquidez necessária ao cumprimento das obrigações do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Na rubrica Demais Créditos E Valores A Curto Prazo, apresenta um saldo no valor de R\$ 63.854.439,90 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa centavos), em 31 de dezembro de 2025.

Esse grupo compreende os direitos a receber da Fundação Amazonprev, relativos principalmente às contribuições previdenciárias, compensações financeiras entre regimes previdenciários, créditos decorrentes da Taxa de Administração e valores de aluguéis a receber.

Conforme composição dessa rubrica é detalhada a seguir:

b.1. Créditos Previdenciários a Receber no Curto Prazo

Corresponde ao montante de R\$ 56.475.483,38 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), referente ao registro das contribuições previdenciárias da competência de dezembro de 2025, a serem repassadas até o décimo dia do mês subsequente, conforme estabelecido no art. 83 da Lei Complementar nº 30/2001.

b.2. Créditos Previdenciários a Receber – Compensação Previdenciária (COMPREV)

Referem-se às compensações financeiras previdenciárias a receber, decorrentes das relações entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), bem como entre RPPS de diferentes entes federativos, incluindo o RPPS do Estado e os RPPS municipais. O saldo registrado é de R\$





4.437.946,44 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

b.3. Outros Créditos a Receber – Taxa de Administração

Compreendem os créditos a receber a título de Taxa de Administração do Poder Legislativo (ALEAM), conforme disposto no art. 80 da Lei Complementar nº 30/2001, texto consolidado em 29 de julho de 2014, no valor de R\$ 2.217.279,61 (dois milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos), conforme Processo nº 2016.A.05686.

b.4. Aluguéis de Imóveis do FPREV a Receber

Referem-se aos valores de aluguéis de imóveis pertencentes ao Fundo Previdenciário (FPREV), no valor de 5.161.676,91 (cinco milhões, cento e sessenta e um mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos), conforme detalhado a seguir:

- **SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social**

Valores em aberto desde o exercício de 2016, totalizando R\$ 4.504.903,89 (quatro milhões, quinhentos e quatro mil, novecentos e três reais e oitenta e nove centavos), referentes ao período compreendido entre o Termo de Confissão de Dívida e o contrato atualmente vigente.

- **UEA – Universidade do Estado do Amazonas**

Valores em aberto no montante de R\$ 656.773,11 (seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e onze centavos), correspondentes ao período compreendido entre o contrato anterior e o contrato vigente.

c. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Na rubrica Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo registrou, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 6.463.334.227,78 (seis bilhões, quatrocentos e sessenta e três milhões, trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos), enquanto no exercício de 2024 o saldo registrado foi de R\$

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone:(92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125



4.652.721.851,80 (quatro bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos).

Na comparação entre os exercícios, observa-se que as aplicações financeiras de curto prazo apresentaram crescimento de aproximadamente 38,92%, representando acréscimo de R\$ 1.810.612.375,98 (um bilhão, oitocentos e dez milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos) em relação ao exercício anterior.

No que se refere à composição percentual, verifica-se que os recursos classificados em Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo representam 56,75% do Ativo Circulante, evidenciando a elevada concentração das disponibilidades financeiras em ativos de alta liquidez.

Esse aumento está relacionado, principalmente, ao maior volume de recursos aplicados no mercado financeiro, distribuídos nos segmentos de renda fixa, renda variável, fundos de investimento no exterior e fundos de investimentos estruturados, além da arrecadação das contribuições previdenciárias e dos rendimentos provenientes das aplicações financeiras.

As aplicações encontram-se majoritariamente alocadas em ativos de curto prazo, especialmente em fundos atrelados ao CDI, refletindo o cenário atual das taxas de mercado com base na taxa SELIC em patamares elevados, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, observa-se que a gestão dos recursos financeiros do RPPS mantém elevada concentração em ativos de alta liquidez, garantindo disponibilidade para o cumprimento das obrigações previdenciárias de curto prazo. As aplicações financeiras são realizadas em conformidade com a Política de Investimentos da Fundação Amazonprev, observando os limites e diretrizes estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional, o que contribui para a segurança, liquidez e rentabilidade



da carteira de investimentos, assegurando a adequada gestão dos recursos previdenciários.

O detalhamento do desempenho e dos resultados dos investimentos pode ser consultado nos Relatórios Mensais e anuais de Investimentos, disponíveis no Portal da Transparência da Amazonprev, no endereço eletrônico: <https://www.amazonprev.am.gov.br/aceso-a-informacao/investimentos/>.

d. Estoques - Materiais destinados ao consumo da Fundação, cujo método para mensuração e avaliação das saídas é o preço médio ponderado, conforme Lei nº 4.320/64 e Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do Setor Público.

e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:

- e.1** Benefícios pagos. Aguardando relatórios para conciliar com saídas financeiras.
- e.2** Parcela em trânsito dos Títulos CVS e tarifas bancárias descontadas para posterior devolução pelo Banco.

3.3.2. Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante engloba os bens e direitos com realização superior a 12 meses após o encerramento do exercício. Sendo composto pelos seguintes grupos: Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado (bens físicos) e intangível (bens incorpóreos), que representam recursos destinados à manutenção das atividades da entidade e à sustentação das obrigações previdenciárias no longo prazo.

O Ativo Não Circulante registrou saldo de R\$ 4.781.421.941,13 (quatro bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e quarenta e um reais e treze centavos), em 31 de dezembro de 2025, enquanto no exercício de 2024 o saldo foi de R\$ 4.729.651.614,93 (quatro bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e três centavos), representando crescimento de aproximadamente 1,09% no período em relação ao exercício anterior.



Especificação Ativo Não Circulante	2025	2024	Varição em R\$	AV%	AH%
Realizável A Longo Prazo	R\$ 4.675.877.994,49	R\$ 4.643.896.886,29	R\$ 31.981.108,20	97,79%	0,69%
f. Investimentos E Aplicações Temporárias A Longo	R\$ 4.667.165.242,71	R\$ 4.635.217.518,35	R\$ 31.947.724,36	97,61%	0,69%
f.1. Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional	R\$ 4.275.248.624,87	R\$ 4.244.487.716,26	R\$ 30.760.908,61	89,41%	0,72%
f.2. Ativos Financeiros de Renda Fixa de Emissão com Obrigação	R\$ 451.750.877,40	R\$ 390.729.802,09	R\$ 61.021.075,31	9,45%	15,62%
f.3. (-) Ajuste de Perdas Estimadas com Títulos e Valores Mobiliário	-R\$ 59.834.259,56		-R\$ 59.834.259,56	-1,25%	0,00%
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 8.712.751,78	8.679.367,94	R\$ 33.383,84	0,18%	0,38%
Investimentos	R\$ 96.486.067,73	R\$ 77.096.919,34	R\$ 19.389.148,39	2,02%	25,15%
Imobilizado	R\$ 7.622.745,74	R\$ 8.094.465,96	-R\$ 471.720,22	0,16%	-5,83%
Intangível	R\$ 1.435.133,17	R\$ 563.343,34	R\$ 871.789,83	0,03%	154,75%
Total do Ativo Não Circulante	4.781.421.941,13	4.729.651.614,93	51.770.326,20	100,00%	1,09%

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Ativo Realizável a Longo Prazo

O grupo Realizável a Longo Prazo registrou saldo de R\$ 4.675.877.994,49 (quatro bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 4.643.896.886,29 (quatro bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos), apurados no exercício de 2024, evidenciando variação positiva de 0,69%, correspondente a R\$ 31.981.108,20 (trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, cento e oito reais e vinte centavos).

A composição desse grupo patrimonial é formada, predominantemente, por investimentos e aplicações financeiras de longo prazo vinculadas à carteira de investimentos do RPPS, bem como por valores classificados como Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente, cujos efeitos serão apropriados em exercícios subsequente.

f.1. Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

O total de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo foi de R\$ 4.667.165.242,71 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos) em 31 de dezembro de 2025.



Desse montante, 89,41% encontram-se alocados em títulos públicos federais, no valor de R\$ 4.275.248.624,87 (quatro bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos). Em relação aos Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional, observa-se crescimento de 0,72% em comparação ao exercício anterior.

f.2. Ativos Financeiros de Renda Fixa de Emissão com Obrigação

Os investimentos classificados como **Ativos Financeiros de Renda Fixa de Emissão com Obrigação** compreendem, majoritariamente, aplicações em letras financeiras emitidas por instituições financeiras, dentre as quais se destacam Banco Master, Banco Daycoval, C6 Bank e Banco BTG.

No exercício de 2025, tais aplicações totalizaram o montante de R\$ 451.750.877,40 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta centavos), devidamente registradas em conformidade com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Os títulos encontram-se indexados ao IPCA, acrescidos a taxa de juros de crescimento, sendo precificados pelo critério de marcação na curva, conforme estratégia de manutenção até o vencimento.

Para maior detalhamento dos resultados dos investimentos, devem ser consultados os Relatórios Mensais e Anuais de Investimentos, disponíveis no Portal da Transparência da AMAZONPREV, no endereço eletrônico:

<https://www.amazonprev.am.gov.br/aceso-a-informacao/investimentos/>

f.3 (-) Ajuste de Perdas Estimadas com Títulos e Valores Mobiliários

No exercício de 2025, foi constituído ajuste para perdas estimadas com títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 59.834.259,56 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), com



a finalidade de adequar o valor contábil dos investimentos vinculados ao Banco Master S.A., instituição financeira submetida ao regime de liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil em 18 de novembro de 2025.

Ressalta-se que o valor principal aplicado em letras financeiras da referida instituição totaliza R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Em decorrência do evento de liquidação extrajudicial, caracterizou-se relevante risco de crédito, evidenciando incerteza quanto à recuperação, total ou parcial, dos valores investidos, o que ensejou o reconhecimento de perda estimada, em observância ao princípio da prudência.

O valor do ajuste foi apurado com base nos critérios de mensuração estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), nas orientações da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) e na Nota Técnica Conjunta nº 001/2025 AMAZONPREV/SEFAZ/AM, de 22 de dezembro de 2025, considerando a atualização do valor do investimento até o encerramento do exercício e a expectativa de não recuperabilidade do ativo

Nesse cenário, a Fundação Amazonprev procedeu aos registros contábeis cabíveis, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica, garantindo a fidedignidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

Dessa forma, procedeu-se ao reconhecimento de perda estimada correspondente a 100% do valor atualizado do investimento até o término do exercício, refletindo adequadamente a posição patrimonial da entidade. O referido ajuste impactou negativamente o resultado patrimonial do exercício, sendo evidenciado nas Variações Patrimoniais Diminutivas, no grupo de Desvalorização e Perdas de Ativos.

Ressalta-se que esse ajuste possui natureza redutora do ativo, sendo evidenciado com sinal negativo na composição da carteira de investimentos, correspondendo a -1,25% do total das aplicações financeiras classificadas no longo prazo.

Destaca-se, ainda, que o referido ajuste não representa desembolso financeiro, tratando-se exclusivamente de reconhecimento contábil de perda potencial associada



ao risco de crédito do ativo. O registro foi realizado em observância aos princípios da prudência, da transparência e da adequada evidenciação patrimonial, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como nas normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963/2021 e demais regulamentações pertinentes.

Por fim, ressalta-se que, no exercício de 2026, no âmbito jurídico, sobreveio decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0027354-14.2026.8.04.1000, a qual determinou a retenção de valores oriundos de operações de consignação em folha de pagamento de aposentados e pensionistas vinculadas ao Banco Master S.A. Referida decisão estabeleceu que os valores retidos deverão ser depositados em conta judicial, com a finalidade de resguardar os interesses dos credores e possibilitar eventual recuperação dos montantes envolvidos, reforçando o cenário de incerteza quanto à liquidez e à recuperabilidade dos ativos relacionados à referida instituição.

f.3 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

A conta VPD Pagas Antecipadamente apresentou saldo de R\$ 8.712.751,78 (oito milhões, setecentos e doze mil, setecentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos) em 2025, enquanto em 2024 registrou R\$ 8.679.367,94 (oito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos), representando variação positiva, porém, equilibrada, de 0,38%.

Nesse grupo encontra-se registrado o adiantamento referente às parcelas pagas no exercício de 2025, decorrentes do Contrato de Gestão nº 01/2024, firmado com a Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – AADESAM, destinado ao fornecimento de mão de obra para execução de atividades administrativas.

g. Investimentos do RPPS de Longo Prazo

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone:(92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125



Fundação
AMAZONPREV



Na comparação entre os exercícios, observa-se que a conta Investimentos apresentou saldo de R\$ 96.486.067,73 (noventa e seis milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, sessenta e sete reais e setenta e três centavos) em 2025, enquanto em 2024 registrou R\$ 77.096.919,34 (setenta e sete milhões, noventa e seis mil, novecentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos), representando crescimento de 25,15%, equivalente a R\$ 19.389.148,39 (dezenove milhões, trezentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Esse aumento decorre, principalmente, da reavaliação dos imóveis ao valor justo realizada em novembro de 2025. Ressalta-se que tais investimentos não estão sujeitos à depreciação, uma vez que não são utilizados diretamente nas atividades operacionais da entidade, sendo classificados como ativos patrimoniais destinados à garantia das obrigações previdenciárias e ao pagamento de benefícios futuros.

g.1 Títulos e Valores Mobiliários

I. Títulos e valores - CVS tipos A, B, C e D, transferidos pelo Estado do Amazonas para fins de capitalização do FPREV, nos termos do art.48 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014. Os títulos são atualizados mensalmente pela TR + taxa de juro que varia de 0,3% a 0,5% conforme o tipo.

II. Imóveis transferidos pelo Estado para capitalização do FPREV para fazer frente aos compromissos previdenciários futuros, de acordo com o art. 48, c/c art.113 da LC nº 30/01 – texto consolidado em 09/07/2014. No exercício os imóveis sofreram valorização em relação ao exercício anterior, segundo laudos técnicos da SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

g.2 (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento: O deságio dos títulos classificados como CVS foi apurado com base na última pesquisa de mercado realizada junto a corretora especializada no exercício de 2018. Nos exercícios subsequentes, não foi possível obter atualizações de mercado junto a outras corretoras, razão pela qual se manteve como referência o último parâmetro disponível para fins de mensuração.



No exercício de 2025, foi registrada reversão de redução ao valor recuperável de investimentos, no montante de R\$ 1.030.044,80 (um milhão, trinta mil, quarenta e quatro reais e oitenta centavos), tendo em vista que o valor recuperável estimado passou a superar o valor contábil registrado para as aplicações classificadas **como “Aplicações em Ativos em Enquadramento – Títulos e Valores”**, na rubrica contábil 1223101010000, cujo saldo era de R\$ 1.854.334,28 (um milhão, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).

Dessa forma, conclui-se que o ajuste realizado decorre de procedimento técnico de atualização de mensuração dos ativos, refletindo o deságio apurado em relação ao valor de referência, sem caracterizar perda financeira efetiva.

O registro encontra-se em conformidade com as boas práticas contábeis aplicáveis ao setor público, assegurando transparência, adequada evidenciação patrimonial e aderência aos normativos vigentes, especialmente ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e às diretrizes aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

h. Bens Móveis – bens de utilização geral adquiridos por meio de procedimentos licitatórios, avaliados mensalmente pelo custo de aquisição. O Decreto Estadual nº 34.161, de 11 de novembro de 2013, instituiu o Sistema de Controle de Patrimônio – AJURI como instrumento obrigatório para a gestão de bens móveis e imóveis dos órgãos integrantes do Poder Executivo.

h.1 (-) Depreciação Acumulada – Bens Móveis

A Depreciação Acumulada dos Bens Móveis é calculada a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso. A depreciação dos bens móveis foi realizada no ativo imobilizado no decorrer do exercício conforme Lei nº 4.320/64, as NBCASP e o MCASP.

i. Bens Imóveis – Imóvel utilizado como sede da Fundação, transferido pelo Estado e tombado pelo patrimônio público, classificado como bem de uso especial.





i.1 (-) Depreciação Acumulada dos Imóveis - A Depreciação Acumulada dos Imóveis é feita pelo método linear, conforme as taxas admitidas pela legislação fiscal da Receita Federal do Brasil.

j. Intangível

j.1 Softwares - Aquisição de licenças e direitos de uso de softwares vinculados à atividade fim e meio da Fundação.

j.2. Amortização Acumulada - calculada pelo método linear de vida útil definida no exercício de 2025, totalmente amortizado.

3.3.3. Passivo

O Passivo Total apresentou saldo de R\$ 7.775.883.480,86 (sete bilhões, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos) em 2025, comparado a R\$ 7.763.613.945,32 (sete bilhões, setecentos e sessenta e três milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos) em 2024, evidenciando crescimento de aproximadamente 0,16%, indicando relativa estabilidade nas obrigações totais da Amazonprev.

3.3.3.1. Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

O **Passivo Circulante** compreende as obrigações exigíveis no curto prazo, tais como obrigações com pessoal, benefícios previdenciários e encargos sociais a pagar, bem como compromissos com fornecedores e demais obrigações administrativas, registrados em conformidade com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (11ª edição), da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).



No exercício de 2025, o Passivo Circulante apresentou saldo de R\$ 10.897.594,75 (dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), enquanto em 2024 registrava R\$ 32.595.312,20 (trinta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e doze reais e vinte centavos), representando redução de aproximadamente 66,56%, em relação ao exercício anterior.

Essa redução decorre, principalmente, da liquidação e baixa das obrigações registradas no passivo no exercício anterior, especialmente aquelas relacionadas à folha de pagamento, benefícios previdenciários e encargos sociais. Ao longo do exercício de 2025, tais compromissos foram devidamente pagos e regularizados, resultando na redução do saldo dessas obrigações ao final do período.

a) Obrigações Trab. Previdenciária e Assist. A Pagar A Curto Prazo:

A rubrica Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar compreende os valores registrados nas contas de Pessoal a Pagar do Exercício, Benefícios Previdenciários a Pagar e Encargos Sociais a Pagar, representando compromissos decorrentes da folha de pagamento e dos encargos sociais associados.

No exercício de 2025, essa rubrica apresentou saldo de R\$ 1.314.878,48 (um milhão, trezentos e quatorze mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos), enquanto em 2024 registrava o montante de R\$ 21.634.306,27 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e seis reais e vinte e sete centavos), evidenciando redução de aproximadamente 93,92%. Destaca-se que, ao longo do exercício de 2025, ocorreu a regularização e o pagamento desses compromissos, o que resultou na redução do saldo dessas obrigações ao final do período.

b) Fornecedores a Pagar no Curto Prazo:

A conta Fornecedores a Pagar no Curto Prazo, classificada no Passivo Circulante, apresentou saldo de R\$ 7.477.182,30 (sete milhões, quatrocentos e



setenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e trinta centavos) no exercício de 2025, em comparação com R\$ 517.388,92 (quinhentos e dezessete mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) registrados em 2024, evidenciando crescimento de aproximadamente 1.345%.

O referido saldo refere-se, principalmente, às obrigações decorrentes de despesas administrativas vinculadas a contratos de fornecimento de bens e prestação de serviços necessários à manutenção das atividades institucionais da Fundação.

A variação expressiva observada no período decorre, preponderantemente, do registro contábil efetuado na rubrica 2131103990100 – Demais Contas a Pagar por Reconhecimento de Dívida, no montante de R\$ 5.216.711,27, correspondente às seguintes Ordens Bancárias: nº 2025OB0291497, 2025OB0291498, 2025OB0255087, 2025OB0255090, 2025OB0262103, 2025OB0262104, 2025OB0262100, 2025OB0262101, 2025OB0255088, 2025OB0255089, 2025OB0291499, 2025OB0291500, 2025OB0255091 e 2025OB0255092.

Cumprir destacar que as referidas ordens bancárias já foram devidamente liquidadas, permanecendo pendente, tão somente, o registro da correspondente baixa contábil no passivo circulante das respectivas obrigações.

A ausência do registro da baixa contábil decorreu de instabilidades técnicas no Sistema de Administração Financeira Integrada (AFI), o que comprometeu, de forma temporária, a adequada evidenciação dos registros patrimoniais. Ressalta-se que a referida inconsistência encontra-se em processo de regularização, com previsão de ajuste ao longo do exercício de 2026, mediante a atualização e conciliação dos registros contábeis, em conformidade com os princípios da competência e da evidenciação contábil.



Considerando o saldo total evidenciado no exercício de 2025, ao se deduzir o montante registrado a título de reconhecimento de dívida, no valor de R\$ 5.216.711,27 (cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e onze reais e vinte e sete centavos), apura-se o saldo de R\$ 2.260.471,03 (dois milhões, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e setenta e um reais e três centavos), o qual corresponde às obrigações efetivas existentes na data do balanço.

Do montante apurado, R\$ 1.788.589,87 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos) refere-se à Licença de Uso do Sistema SISPREV, classificada como obrigação de natureza continuada/contratual, enquanto R\$ 471.881,16 (quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos) corresponde a obrigações com fornecedores do exercício, bem como a Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores, de natureza financeira.

Dessa forma, verifica-se que apenas o montante de R\$ 471.881,16 (quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos) representa, efetivamente, obrigações exigíveis com fornecedores no passivo circulante, sendo o valor remanescente composto por registros contábeis de natureza contratual e/ou pendentes de regularização sistêmica.

- c) **Obrigações Fiscais a Curto Prazo:** O montante de R\$ 50.136,71 (cinquenta mil, cento e trinta e seis reais e setenta e um centavos), é referente ao PIS a Recolher sobre folha de pagamento dos servidores ativos da Amazonprev, competência de dezembro de 2025.
- d) **Provisões a curto prazo:** Neste grupo é registrada a diferença do Abono de Permanência, Gratificação de Curso e diferença de Enquadramento dos servidores ativos da Amazonprev.





e) **Demais obrigações a Curto Prazo:** No exercício de 2025, essa rubrica apresentou saldo de R\$ 1.377.999,35 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), enquanto em 2024 registrava o montante de R\$ 9.649.003,31 (nove milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, três reais e trinta e um centavos), evidenciando redução de aproximadamente 85,73%.

Essa variação decorre, principalmente, da liquidação e baixa das obrigações registradas no exercício anterior, especialmente aquelas relacionadas às consignações e demais valores retidos em folha de pagamento, que foram devidamente regularizados ao longo do exercício de 2025.

Ressalta-se que essa rubrica compreende obrigações de natureza extra orçamentaria, tais como Guias de Recolhimento Previdenciário – GRP, INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, consignações e demais valores descontados na folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, os quais são posteriormente repassados aos respectivos credores no mês subsequente, em conformidade com os procedimentos administrativos e contábeis aplicáveis.

O **Passivo Não Circulante** compreende as obrigações exigíveis no longo prazo, registradas em conformidade com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (11ª edição), da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Ao analisar o exercício de 2025, o **Passivo Não Circulante** apresentou saldo de R\$ 7.764.985.886,11 (sete bilhões, setecentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e onze centavos), enquanto em 2024 registrava R\$ 7.731.018.633,12 (sete bilhões, setecentos e trinta e um milhões, dezoito





mil, seiscentos e trinta e três reais e doze centavos), evidenciando crescimento de aproximadamente 0,44%, em relação ao exercício anterior.

f) **Provisões a Longo Prazo:** No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, essa rubrica é representada em quase sua totalidade pelos registros contábeis das provisões matemáticas, que representam os compromissos atuariais assumidos pela entidade em relação ao pagamento futuro de benefícios previdenciários, especialmente aposentadorias e pensões devidas aos segurados e seus dependentes.

f.1 **Provisão Para Riscos Trabalhistas A Longo Prazo** - Compreende provisões para perdas judiciais decorrentes de processos trabalhistas nos quais a Fundação Amazonprev figura no polo passivo, no montante de R\$ 548.678,39 (quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos).

f.2 **Provisões Matemáticas Previdenciárias A Longo Prazo** –

As Provisões Matemáticas representam as obrigações atuariais estimadas, líquidas das contribuições a receber, referentes aos planos previdenciários administrados pela Fundação Amazonprev, incluindo os Poderes e órgãos que integram o Sistema Único de Previdência.

O Passivo Atuarial é determinado pela soma da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), abrangendo o Fundo em Repartição, o Fundo em Capitalização e o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, que contemplam os valores presentes das contribuições futuras e dos benefícios previdenciários projetados. Inclui, ainda, a provisão destinada à cobertura de insuficiência financeira do Fundo em Repartição.

Os registros contábeis foram realizados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, versão 2024, instituído pela Portaria STN/MF nº 1.516, de 24 de setembro de 2024, não havendo alteração na estrutura de registro contábil em relação ao exercício anterior.

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone:(92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125



A apuração das provisões atuariais teve como base o Relatório de Avaliação Atuarial elaborado pela empresa especializada ACTUARIAL Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda., sob responsabilidade técnica do atuário Luiz Claudio Kogut (MIBA nº 1.308).

No exercício de 2025, o passivo atuarial apresentou saldo de R\$ 7.763.665.287,56 (sete bilhões, setecentos e sessenta e três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), enquanto em 2024 registrava R\$ 7.729.698.034,57 (sete bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), evidenciando crescimento de aproximadamente 0,44%, em comparação ao exercício anterior.

Essa variação decorre, principalmente, da atualização das premissas atuariais utilizadas na avaliação atuarial, destacando-se a alteração da taxa de juros atuarial de 5,32% para 5,72% ao ano e a atualização da tábua de mortalidade do IBGE 2023 para IBGE 2024. Além disso, o aumento do saldo dos investimentos e as atualizações cadastrais dos segurados também contribuíram para a variação observada nas provisões matemáticas.

Os resultados dessas alterações foram consolidados na Avaliação Atuarial de 2026 (base 31/12/2025), refletindo diretamente no cálculo das provisões matemáticas registradas nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se que as Provisões a Longo Prazo representam compromissos previdenciários assumidos pelo RPPS e são apuradas com base em avaliações atuariais periódicas, que consideram variáveis como expectativa de vida dos segurados, projeção de pagamento de benefícios, taxa de juros atuarial e demais premissas técnicas definidas na legislação previdenciária vigente.



Dessa forma, essa rubrica constitui parcela relevante da estrutura patrimonial da entidade, evidenciando os compromissos previdenciários de longo prazo e a necessidade de acompanhamento contínuo do equilíbrio financeiro e atuarial do regime, em conformidade com os princípios que regem a gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social.

f.3 Provisão Para Riscos Fiscais: Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujo recurso administrativo, com efeito suspensivo nos termos do art. 151, inciso III, do Código Tributário Nacional (CTN), foi julgado parcialmente procedente, com a manutenção parcial do crédito tributário, conforme Acórdão nº 04-29.616, da 3ª Turma da DRJ/CGE, no montante de R\$ 771.920,16 (setecentos e setenta e um mil, novecentos e vinte reais e dezesseis centavos).

Ressalta-se que o montante total das provisões evidenciado no Balanço Patrimonial perfaz o valor de R\$ 7.764.985.886,11 (sete bilhões, setecentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e onze centavos).

Dessa forma, os valores registrados refletem as obrigações estimadas da entidade na data de encerramento do exercício, evidenciando adequada mensuração e reconhecimento contábil das provisões, em conformidade com os princípios da prudência, da competência e da evidenciação patrimonial, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

3.3.4 Demonstrativo Do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o Ativo e o Passivo, evidenciando os recursos próprios da entidade, sendo composto pelas contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, Demais Reservas e Resultados Acumulados, conforme estabelecido no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e nas normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP/NBC TSP).



COMPOSIÇÃO DO GRUPO DO PL	2025 R\$	2024 R\$	AV%	AH%
a. Ajustes de Avaliação Patrimonial	49.427.167,12	29.287.334,19	1,37%	68,77%
b. Demais Reservas	3.602.437.044,41	1.712.235.064,50	99,61%	110,39%
c. Resultados Acumulados	-35.146.380,92	26.580.445,01	-0,97%	-232,23%
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	26.580.445,01	355.345.324,39	0,73%	-92,52%
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 37.948.114,57	- 7.841.400,65	-1,05%	383,95%
+ Resultado do Exercício	- 23.778.711,36	- 320.923.478,73	-0,66%	-92,59%
d. Total Patrimônio Líquido (a + b + c)	3.616.717.830,61	1.768.102.843,70	100,00%	104,55%

- a) A conta **Ajustes de Avaliação Patrimonial** registra as variações decorrentes da atualização ou reavaliação de ativos e passivos, cujos efeitos são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No exercício de 2025, essa rubrica apresentou saldo de R\$ 49.427.167,12 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e sessenta e sete reais e doze centavos), enquanto em 2024 registrava o montante de R\$ 29.287.334,19 (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos), evidenciando variação positiva de R\$ 20.139.832,93, correspondente a um crescimento de aproximadamente 68,77%.

Essa variação decorre, principalmente, da reavaliação dos imóveis de renda realizada no exercício de 2025, com base em critérios técnicos adotados por engenheiro da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA, que procedeu à atualização dos valores patrimoniais desses bens.

Vale destacar, que essa rubrica passou a representar aproximadamente 1,37% do total do Patrimônio Líquido em 2025, enquanto em 2024 correspondia a cerca de 1,66%, demonstrando que, apesar do crescimento do saldo da conta, sua participação relativa no patrimônio líquido foi impactada pelo aumento das demais contas patrimoniais no período.



A contabilização foi realizada por meio do Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, procedimento que permite o reconhecimento das variações no valor justo de bens patrimoniais diretamente no patrimônio líquido, conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, bem como em consonância com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Dessa forma, essa rubrica evidencia a atualização do valor patrimonial dos ativos imobiliários da entidade, contribuindo para a adequada evidenciação da posição patrimonial e financeira nas demonstrações contábeis.

- b) A conta **Demais Reservas** integra o grupo do Patrimônio Líquido e representa os valores acumulados decorrentes de resultados patrimoniais de exercícios anteriores e de ajustes registrados diretamente no patrimônio, em conformidade com as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especialmente as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

No exercício de 2025, a rubrica Demais Reservas apresentou saldo de R\$ 3.602.437.044,41 (três bilhões, seiscentos e dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), enquanto em 2024 registrava o montante de R\$ 1.712.235.064,50 (um bilhão, setecentos e doze milhões, duzentos e trinta e cinco mil, sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

A comparação entre os exercícios evidencia variação positiva de R\$ 1.890.201.979,91 (um bilhão, oitocentos e noventa milhões, duzentos e um mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos), correspondente ao crescimento de aproximadamente 110,39%.

Esse aumento está diretamente relacionado aos efeitos da avaliação atuarial anual do regime previdenciário, que promoveu a atualização das premissas



utilizadas na mensuração das obrigações previdenciárias e das reservas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

Entre os principais fatores que contribuíram para essa variação destacam-se:

- Alteração da taxa de juros atuarial, que passou de 5,32% para 5,72% ao ano, refletindo nova estimativa de rentabilidade dos ativos previdenciários;
- Atualização da tábua de mortalidade, com a substituição da IBGE 2023 pela IBGE 2024, utilizada na projeção da expectativa de vida dos segurados e beneficiários do regime.
- Expectativa de vida dos segurados;
- Crescimento salarial;

A atualização dessas premissas impacta diretamente o valor das obrigações previdenciárias projetadas e, conseqüentemente, a constituição das reservas necessárias para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O FPREV – Fundo Previdenciário da Fundação Amazonprev mantém-se em equilíbrio atuarial, em conformidade com o disposto no art. 1º da Lei nº 9.717/1998, que estabelece normas gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social. A preservação desse equilíbrio é essencial para garantir a sustentabilidade financeira do regime previdenciário, além de constituir requisito para a emissão e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), instrumento que comprova a regularidade da gestão previdenciária perante os órgãos de controle e fiscalização.

- c) A conta **Resultados Acumulados** integra o grupo do Patrimônio Líquido e evidencia os resultados patrimoniais apurados ao longo dos exercícios, refletindo os efeitos das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, registradas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, em conformidade com as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especialmente as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor



Público – MCASP e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Situação patrimonial líquida da Fundação, já refletindo a Avaliação Atuarial consolidada de todos os poderes, com direitos e custos dos Planos de Benefícios a valor presente, em contrapartida às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas:

No exercício de 2025, a conta Resultados Acumulados apresentou saldo de R\$ (35.146.380,92) (trinta e cinco milhões, cento e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e noventa e dois centavos), enquanto, em 2024, registrava saldo de R\$ 26.580.445,01.

A análise comparativa entre os exercícios evidencia variação negativa de R\$ 61.726.825,93, conforme demonstrado pela análise horizontal, decorrente, principalmente, do resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, bem como dos ajustes de exercícios anteriores reconhecidos no período.

Destaca-se que o resultado do exercício foi influenciado, sobretudo, pelos efeitos da atualização das provisões matemáticas previdenciárias, em razão das alterações nas premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial, incluindo a adoção da tábua de mortalidade IBGE 2024 e a revisão da taxa de juros atuarial do FPREV de 5,32% para 5,72% ao ano, impactando diretamente a composição dos Resultados Acumulados.

O resultado patrimonial do exercício de 2025 apresentou déficit no valor de R\$ 23.778.711,36 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e onze reais e trinta e seis centavos), decorrente, principalmente, da atualização das provisões matemáticas, influenciada pelas alterações nas premissas atuariais. Destacam-se, ainda, a atualização da Reserva Atuarial para Ajuste do Fundo e demais variáveis técnicas, cujos efeitos impactaram diretamente o



cálculo das obrigações atuariais e, conseqüentemente, o resultado patrimonial apurado no período.

- d) **Patrimônio Líquido** – O quadro a seguir demonstra a composição do Patrimônio Líquido da entidade nos exercícios de 2025 e 2024, destacando a evolução dos saldos e a participação relativa das principais contas que o compõem.

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DO PL	2025 R\$	2024 R\$	AV%	AH%
a. Ajustes de Avaliação Patrimonial	49.427.167,12	29.287.334,19	1,37%	68,77%
b. Demais Reservas	3.602.437.044,41	1.712.235.064,50	99,61%	110,39%
c. Resultados Acumulados	-35.146.380,92	26.580.445,01	-0,97%	-232,23%
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	26.580.445,01	355.345.324,39	0,73%	-92,52%
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 37.948.114,57	- 7.841.400,65	-1,05%	383,95%
+ Resultado do Exercício	- 23.778.711,36	- 320.923.478,73	-0,66%	-92,59%
d. Total Patrimônio Líquido (a + b + c)	3.616.717.830,61	1.768.102.843,70	100,00%	104,55%

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No exercício de 2025, o Patrimônio Líquido apresentou saldo de R\$ 3.616.717.830,61, em comparação com R\$ 1.768.102.843,70 registrados em 2024, evidenciando crescimento de 104,55%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento expressivo na rubrica Demais Reservas, influenciado pela atualização das premissas atuariais utilizadas na mensuração das obrigações previdenciárias, bem como pelo acréscimo verificado nos Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrentes da reavaliação de ativos.

Em relação à composição, observa-se a predominância das Demais Reservas, que concentram a maior parcela do Patrimônio Líquido, seguidas pelos Ajustes de Avaliação Patrimonial, enquanto a conta Resultados Acumulados apresentou saldo negativo no exercício, impactada pelo déficit patrimonial apurado no período e pelos ajustes de exercícios anteriores.





Dessa forma, verifica-se que a evolução do Patrimônio Líquido no exercício de 2025 reflete, predominantemente, o fortalecimento das reservas previdenciárias, não obstante os efeitos decorrentes de ajustes atuariais, os quais influenciaram o resultado patrimonial do período

Quadro “Compensações” – Balanço Patrimonial

Do lado dos Atos potenciais ativos, representa Garantias e Contra garantias Recebidas com R\$ 296.725,20 (duzentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte centavos). Do lado dos Atos Potenciais Passivos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 15.097.345,54 (quinze milhões, noventa e sete mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), abrangendo contratos de fornecimento de serviços.

Superávit / Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

A diferença entre o ativo financeiro de R\$ 10.211.138.534,49 (dez bilhões, duzentos e onze milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) e o passivo financeiro de R\$ 4.477.336,25 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), resulta no montante de R\$ 10.206.661.198,24 (dez bilhões, duzentos e seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, cento e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), para abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4.320/64, registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de recursos, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

3.3.5 Demonstrações Das Variações Patrimoniais – Anexo 15

Critérios Contábeis Adotados Para A Demonstração Das Variações Patrimoniais

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone:(92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125



Prevista no art. 104 da Lei 4.320/64, regulamentada pela Portaria STN n.º 438/2012 e demais normativos aplicáveis, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, de modo que esse resultado é considerado um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício seja o resultado Superavitário ou Deficitário.

O Resultado Patrimonial do exercício de 2025 evidenciou déficit no montante de R\$ 23.778.711,36 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e onze reais e trinta e seis centavos), apurado a partir do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, no valor de R\$ 12.778.070.033,38 (doze bilhões, setecentos e setenta e oito milhões, setenta mil, trinta e três reais e trinta e oito centavos), e as Variações Patrimoniais Diminutivas, que totalizaram R\$ 12.801.848.744,74 (doze bilhões, oitocentos e um milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

No que se refere às Variações Patrimoniais Aumentativas, observa-se que, no exercício de 2025, totalizaram R\$ 12.778.070.033,38, em comparação com R\$ 15.905.104.165,69 no exercício de 2024, evidenciando redução de 19,66%, refletindo, principalmente, a diminuição nas receitas de contribuições e nas variações patrimoniais decorrentes de ajustes atuariais e financeiros.

Dentre as variações observadas, destacam-se os grupos que exerceram maior influência no resultado do período:

- a) Contribuições – Esta rubrica registra as receitas provenientes de contribuições previdenciárias, abrangendo as contribuições dos segurados e as contribuições patronais.



No exercício de 2025, as Contribuições totalizaram R\$ 2.033.228.877,87 (dois bilhões, trinta e três milhões, duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos), apresentando redução de 35,38% em relação ao exercício anterior, evidenciando decréscimo no montante das contribuições previdenciárias reconhecidas no período.

Esse resultado decorre, principalmente, dos procedimentos contábeis adotados quanto ao reconhecimento dos créditos de contribuições previdenciárias a receber, classificados como ativos de natureza permanente, e consequente baixa, pelo registro da receita orçamentária, quando dos seus recebimentos. Nos exercícios anteriores, tais valores eram adicionados com a VPA em dois momentos, um quando do reconhecimento do direito e outro, quando do reconhecimento da receita orçamentária, sendo que, ao mesmo tempo, ocorria um ajuste com a variação patrimonial diminutiva como ajuste para perdas, de modo a não alterar o resultado. Contudo, no exercício de 2025, em observância ao regime de competência patrimonial, houve o aprimoramento dos critérios de registros, adequando o reconhecimento do direito a receber no ativo e o reconhecimento da receita correspondente, de modo que, apenas o registro do reconhecimento do direito a receber afeta o resultado, aumentando-o com VPA. Ao ingressar a receita, gera-se apenas um fato permutativo com caixa e equivalente de caixa, passando o ISF (indicador de superavit financeiro) de “P” – permanente para “F” - Financeiro.

- b) Transferências e Delegações Recebidas:** Registra-se nesta rubrica as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) relativas às transferências estritamente financeiras, resultantes ou não da execução orçamentária. Incluem-se, entre outras, as cotas, os repasses recebidos, as devoluções, as transferências entre contas da mesma Unidade Gestora (UG), bem como os recursos recebidos para cobertura de insuficiência financeira.



No exercício de 2025, totalizou R\$ 4.906.708.396,86 (quatro bilhões, novecentos e seis milhões, setecentos e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos), apresentando redução de 29,47% em relação a 2024.

A variação observada decorre, principalmente, da diminuição das transferências entre contas da mesma Unidade Gestora, impactando diretamente o volume total deste grupo.

- c) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:** Nesta rubrica, são registrados os ganhos decorrentes das aplicações nos segmentos de renda fixa e renda variável, reconhecidos como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), em conformidade com as orientações da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC nº 14, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), bem como os valores decorrentes do cancelamento de passivos.

No exercício de 2025, esse grupo totalizou R\$ 2.032.423.143,62 (dois bilhões, trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos), representando crescimento de 161,18% em relação ao exercício anterior.

- d) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:** Essa rubrica contempla, principalmente, os registros relacionados às provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, às provisões de curto prazo, às restituições financeiras e às receitas oriundas da compensação previdenciária entre regimes.

No exercício de 2025, o grupo apresentou saldo de R\$ 3.260.726.221,29 (três bilhões, duzentos e sessenta milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos), evidenciando redução de 26,97% em relação ao exercício anterior.

A variação observada decorre, principalmente, dos registros contábeis de reversão de provisões matemáticas previdenciárias, no montante de R\$



3.219.654.991,76, apuradas com base em avaliações atuariais periódicas. Contribuíram, ainda, as reversões de provisões de curto prazo, no valor de R\$ 86.333,35, e de ajustes de investimentos e aplicações, no montante de R\$ 1.030.044,80.

No que se refere às demais variações patrimoniais aumentativas, destacam-se os registros de Compensação Financeira entre RGPS e RPPS/SPSM, no valor de R\$ 19.296.879,71, Indenizações e Restituições, no montante de R\$ 18.672.142,39, Demais Receitas, no valor de R\$ 1.833.948,82, e Incorporação de Saldos Não Financeiros, no montante de R\$ 151.880,46.

Dessa forma, a redução verificada está predominantemente associada a ajustes de natureza atuarial e contábil, não refletindo, necessariamente, alterações na execução operacional ou financeira do regime, mas sim a reavaliação das obrigações previdenciárias no período.

Variações Patrimoniais Diminutivas - No exercício de 2025, as Variações Patrimoniais Diminutivas totalizaram R\$ 12.801.848.744,74 (doze bilhões, oitocentos e um milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), em comparação com R\$ 16.226.027.644,42 (dezesseis bilhões, duzentos e vinte e seis milhões, vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) registrados no exercício de 2024.

Verifica-se, portanto, redução de 21,10% no período, indicando decréscimo no volume de registros de natureza patrimonial diminutiva, decorrentes de diversos fatos geradores, com impacto direto na apuração do resultado patrimonial do exercício.

A seguir, evidenciam-se os principais grupos que apresentaram maior relevância na composição das Variações Patrimoniais Diminutivas:

e) Benefícios Previdenciários e Assistenciais: Nesse grupo apresentam valores referentes a Benefícios Previdenciários (aposentadorias e pensões) e salário-



família, incluindo décimo terceiro salário. Totalizando um montante de R\$ 3.611.749.670,21 (três bilhões, seiscentos e onze milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e setenta reais e vinte e um centavos), apresentando estabilidade em relação ao exercício anterior aproximadamente de (0,16%).

- f) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:** Essa rubrica contempla os registros efetuados pelo regime de competência, destacando-se as despesas com material de consumo, diárias, restituições a pessoas físicas, serviços prestados por terceiros (pessoas jurídicas), bem como a depreciação de bens móveis, entre outras. No exercício de 2025, o grupo totalizou R\$ 24.795.171,92 (vinte e quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e um reais e noventa e dois centavos), apresentando uma redução de 8,77% em relação ao exercício anterior.
- g) Transferências e Delegações Concedidas:** Nesta rubrica registram-se as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) relativas às transferências financeiras, decorrentes ou não da execução orçamentária. Incluem-se, entre outras, as cotas, os repasses concedidos, as devoluções financeiras de repasses recebidos, bem como as transferências entre contas da mesma Unidade Gestora (UG).

No exercício de 2025, o grupo totalizou R\$ 2.471.432.946,63 (dois bilhões, quatrocentos e setenta e um milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), apresentando uma redução de 48,55% em relação ao exercício de 2024.

A variação observada decorre, principalmente, da diminuição das transferências intragovernamentais, especialmente aquelas realizadas entre contas da mesma Unidade Gestora, impactando diretamente o montante registrado neste grupo.

- h) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:** Este grupo evidencia as variações patrimoniais diminutivas decorrentes da desvalorização a valor justo dos investimentos do RPPS, refletindo as oscilações de mercado



da carteira de aplicações financeiras, em conformidade com os critérios de mensuração estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Abrange, ainda, os registros de ajuste para perdas em títulos e valores mobiliários, bem como a desincorporação de ativos.

No exercício de 2025, o grupo totalizou o montante de R\$ 1.113.675.466,77 (um bilhão, cento e treze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), evidenciando redução de 36,30% em relação ao exercício de 2024.

A variação observada decorre, principalmente, dos registros contabilizados no grupo de Redução ao Valor Recuperável e Ajuste para Perdas, que totalizaram R\$ 864.473.239,40, destacando-se: (1) Ajuste para Perdas em Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R\$ 59.834.259,56; (2) Desvalorização a Valor Justo dos Investimentos Temporários, no montante de R\$ 803.904.176,02; e (3) Baixa de Outros Direitos, no valor de R\$ 734.803,82.

Adicionalmente, o grupo de Desincorporação de Ativos totalizou R\$ 249.202.227,37, compreendendo, principalmente: (1) baixa de créditos a receber, no valor de R\$ 1.934.694,81; (2) baixa de estoques, no montante de R\$ 84.511,48; e (3) baixa de investimentos permanentes, no valor de R\$ 247.183.021,08.

No que se refere aos investimentos permanentes, destaca-se que o montante registrado decorre, principalmente, da baixa contábil associada ao recebimento de rendimentos de títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-B), caracterizados pelo pagamento de cupons periódicos de juros, os quais implicam a redução do valor contábil do ativo correspondente.

Dessa forma, a redução observada no grupo está relacionada, sobretudo, às oscilações de mercado e aos ajustes de mensuração patrimonial dos ativos financeiros, não refletindo, necessariamente, perdas realizadas, mas sim a



adequação dos ativos aos seus valores justos na data de encerramento do exercício.

- i) **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:** Compreendem os valores relacionados à constituição de provisões, especialmente as provisões matemáticas atuariais, bem como indenizações e restituições, sentenças judiciais, compensação financeira entre regimes previdenciários, entre outras variações patrimoniais diminutivas.

No exercício de 2025, o grupo totalizou R\$ 5.370.371.001,64 (cinco bilhões, trezentos e setenta milhões, trezentos e setenta e um mil, um real e sessenta e quatro centavos), evidenciando redução de 8,04% em relação ao exercício de 2024.

A variação observada decorre, principalmente, dos registros contábeis de constituição de provisões matemáticas previdenciárias, no montante de R\$ 5.143.824.224,66 (cinco bilhões, cento e quarenta e três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos), apuradas com base em avaliações atuariais periódicas.

Ressalta-se que tais provisões representam estimativas das obrigações futuras do regime previdenciário, sendo revisadas periodicamente com base em premissas atuariais, tais como taxa de juros, expectativa de vida, rotatividade e evolução salarial dos segurados.

Dessa forma, a variação verificada está associada, predominantemente, a ajustes de natureza atuarial e contábil, refletindo a atualização das obrigações previdenciárias do regime no período.

Análise do resultado apurado

O resultado patrimonial do período foi apurado com base nas variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, evidenciando resultado negativo no exercício de 2025, com déficit patrimonial no valor de R\$ 23.778.711,36 (vinte e



três milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e onze reais e trinta e seis centavos).

Em comparação com o exercício anterior, que apresentou déficit patrimonial de R\$ 320.923.478,73 (trezentos e vinte milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos), observa-se uma redução de 92,59% no resultado deficitário, indicando melhora significativa no desempenho patrimonial do período.

Essa variação observada decorre, principalmente, de ajustes de natureza contábil e atuarial, com destaque para os registros evidenciados na Nota Explicativa nº 3.3.4.c do Demonstrativo do Patrimônio Líquido, os quais impactaram diretamente a composição das variações patrimoniais do exercício.

Ressalta-se que a redução do déficit não necessariamente representa, de forma isolada, melhoria estrutural das condições financeiras do regime, estando também associada a reclassificações, revisões de estimativas e demais procedimentos de natureza contábil, em conformidade com as normas aplicáveis ao setor público.

3.3.4. Demonstrações Do Fluxo De Caixa

CrITÉRIOS Adotados Para O Fluxo De Caixa

O Fluxo de Caixa permite a avaliação da capacidade para gerar equivalentes de caixa em situações de liquidez imediata e apresentam as entradas e saídas classificadas em fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos. É elaborado pelo método direto e evidencia as operações que ocorrem na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, seguindo de acordo com as demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08 e ao disposto nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.

Análise Do Resultado Apurado

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone:(92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125

Fundação
AMAZONPREV





O resultado de caixa e equivalentes de caixa no exercício foi positivo, totalizando R\$ 1.780.750.055,83 (um bilhão, setecentos e oitenta milhões, setecentos e cinquenta mil, cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

A formação desse resultado decorre, principalmente, do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais, que atingiu o montante de R\$ 1.785.332.097,01 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, noventa e sete reais e um centavo), evidenciando a capacidade da entidade em gerar recursos suficientes para o financiamento de suas atividades correntes.

Por sua vez, o fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou resultado líquido negativo de R\$ 4.582.041,18 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quarenta e um reais e dezoito centavos), decorrente, principalmente, da aplicação de recursos na execução de obras em andamento e na aquisição de bens classificados no Ativo Imobilizado, refletindo investimentos voltados à expansão e à melhoria da estrutura patrimonial da entidade.

Dessa forma, observa-se que a geração de caixa operacional foi suficiente para suportar os desembolsos relacionados às atividades de investimento, resultando na manutenção de saldo positivo de caixa e na preservação do equilíbrio financeiro ao final do período.

Manaus (AM) 31 de dezembro de 2025.

(documento assinado digitalmente)

Flaviana Galúcio Zoumbounelos

Contadora CRC/AM 011086/O

Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas
AMAZONPREV

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone: (92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125





(documento assinado digitalmente)

Francisco Evilázio Pereira

Diretor Presidente da Fundação Fundo Previdenciário
do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

www.amazonprev.am.gov.br
instagram/Amazonprev_oficial
youtube.com/fundacaoamazonprev
facebook.com/amazonprev

amazonprev@amazonprev.am.gov.br
Fone: (92) 3627-3400 / 3401
Av. Visconde de Porto Alegre, 486.
Centro. Manaus – AM.
CEP: 69010-125



Documento Assinado por: FLAVIANA GALUCIO ZUMBOUNELOS em 31/03/2026 11:24:14
Documento Assinado por: FRANCISCO EVILAZIO PEREIRA em 31/03/2026 11:25:40

Documento assinado eletronicamente 917939/2026
AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
NR PROC.: 2026.A.02993

Acesse: <https://www.portaldosegurado.am.gov.br/validar>
e valide o código: OTE30TM5

